

**IAPMEI**  
**Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.**

**CONCURSO PÚBLICO**  
**Modernização da infraestrutura de rede Switching e**  
**WiFi**

**DPCP2025CP32**

**Caderno de Encargos**

*PARTE I – Artigos Jurídicos*

**Capítulo I – Disposições gerais**

**Cláusula 1ª**

**Objeto do procedimento**

1. O presente procedimento tem por objeto principal a celebração de contrato para a Modernização da Infraestrutura de rede Switching e WiFi da Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI), de acordo com as Especificações Técnicas descritas no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, e que dele faz parte integrante.
2. A presente aquisição contempla o serviço de suporte aos equipamentos com um SLA de 24x7x4, e uma bolsa de 75 horas para apoio à exploração da solução durante um período de 36 meses.

**Cláusula 2ª**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual ali são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3ª**

#### **Prazo**

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 36 meses (1095 dias), a contar do dia seguinte à assinatura por ambas as partes, por forma a contemplar os serviços de suporte aos equipamentos com um SLA de 24x7x4 e uma bolsa de 75 horas para apoio à solução durante este período.
2. Para entrega da totalidade dos equipamentos ativos, o futuro cocontratante tem o prazo máximo de **60 dias** contínuos a partir do dia seguinte à assinatura do contrato.
3. Para a conclusão e implementação integral do projeto, o futuro cocontratante tem um prazo de **100 dias** contínuos contados a partir do dia seguinte à assinatura do contrato.

### **Cláusula 4ª**

#### **Preço Base**

O preço base do presente procedimento é € 720.000,00 € (setecentos e vinte mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõem a pagar.

### **Cláusula 5ª**

#### **Local de prestação dos serviços e fornecimento de bens**

1. A prestação dos serviços e o fornecimento dos bens objeto do presente procedimento será realizado nas instalações da entidade adjudicante, indicadas no Anexo I ao CE - Especificações Técnicas.
2. A entidade adjudicante reserva-se o direito de alterar os locais de execução da prestação de serviços, mediante prévia comunicação ao adjudicatário.
3. A entrega de todos os equipamentos ativos deverá ser efetuada nas instalações do IAPMEI sediadas em Lisboa.

## **Capítulo II – Obrigações contratuais**

### **Secção I – Obrigações do prestador de serviços**

#### ***Subsecção I – Disposições Gerais***

#### **Cláusula 6ª**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, nomeadamente nas cláusulas técnicas, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
  - a) O prestador de serviços fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
  - b) Proceder ao fornecimento dos serviços e bens objeto do procedimento ao longo do período contratado, respeitando-se o constante do presente caderno de encargos;
  - c) Respeitar os horários de funcionamento dos serviços da entidade adjudicante;
  - d) Respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor ou que vier a entrar em vigor;
  - e) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade adjudicante, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do presente contrato;
  - f) Comunicar à entidade adjudicante, até ao prazo máximo de vinte e quatro horas após o seu conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
  - g) Manter inalteradas as condições de fornecimento dos serviços e dos bens, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
  - h) Responsabilizando-se pela qualidade e substituição, em caso de defeito, dos sobresselentes fornecidos;
  - i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere,

designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a execução do contrato, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

2. A falta do cumprimento do disposto no número anterior torna o futuro cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

#### **Cláusula 7ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Responsabilidade do adjudicatário**

O adjudicatário é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados à entidade adjudicante ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Seguros e encargos sociais**

1. O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução do objeto do contrato a celebrar.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

## ***Subsecção II – Dever de sigilo***

### **Cláusula 10ª**

#### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IAPMEI, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O prestador de serviços fica obrigado a cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor desde o dia 25 de maio de 2018.

### **Cláusula 11ª**

#### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II – Obrigações do IAPMEI**

### **Cláusula 12ª**

#### **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, que tem de ser igual ou inferior ao

respetivo preço base definido no programa do presente procedimento, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço contratual inclui as deslocações de manutenções preventivas e corretivas, designadamente assistência técnica normal e especial, para as instalações da entidade adjudicante e todos os custos administrativos e logísticos na execução do contrato correrão por conta do adjudicatário.
3. O contrato não estará sujeito a revisão de preços.

### **Cláusula 13ª**

#### **Condições de Faturação e Pagamento**

1. As quantias devidas pelo IAPMEI, nos termos do artigo anterior, serão pagas de acordo com a legislação em vigor.
2. A faturação será efetuada em duas tranches da seguinte forma:
  - a. O valor referente à totalidade dos equipamentos ativos, depois de entregues e aceites pelo IAPMEI;
  - b. Com a aceitação final pelo IAPMEI da implementação integral do projeto, o valor restante.
3. O pagamento das faturas será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação das mesmas.
4. Em caso de discordância por parte do IAPMEI, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, num prazo máximo de 5 dias úteis.
5. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no nº 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária a indicar no contrato a celebrar.

### **Cláusula 14ª**

#### **Obrigações da entidade adjudicante**

Pela prestação do objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve:

- a) Pagar ao adjudicatário o preço previsto constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- b) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições, designadamente através do tratamento das informações reportadas e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

#### **Cláusula 15ª**

##### **Gestor do contrato**

- 1. A entidade adjudicante designará o respetivo gestor de contrato.
- 2. O gestor de contrato tem competência para efeitos de monitorização/controlo da execução física e financeira do contrato, reporte de desvios/incumprimento na sua execução contratual ao órgão competente para a decisão de contratar e proceder à aplicação de penalidades contratuais.
- 3. Antes do início de funções o gestor do contrato irá subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
- 4. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato, a entidade adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará ao adjudicatário.

### **Capítulo III – Penalidades contratuais e resolução**

#### **Cláusula 16ª**

##### **Penalidades contratuais**

- 1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato a celebrar, o IAPMEI pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, mas nunca inferior a 10 % do valor do preço.
- 2. No caso de incumprimento dos prazos previstos nos termos do caderno de encargos (entrega de equipamentos ativos ou implementação de todo o projeto) será aplicada uma pena pecuniária de 0,3%, sobre o valor total da proposta, por cada dia de atraso.



3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o IAPMEI terá em consideração, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração e as consequências derivadas do incumprimento quer para o IAPMEI quer para os beneficiários do serviço.
4. As penas pecuniárias previstas na presente Artigo não obstam a que o IAPMEI exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer ao prestador de serviços por correio eletrónico ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

#### **Cláusula 17ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas

legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
  - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 18ª**

##### **Resolução por parte do IAPMEI**

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, nomeadamente, as situações previstas no artigo 333º do CCP, o IAPMEI pode ainda resolver o contrato a celebrar no caso de violação grave e reiterada de qualquer das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário.
- 2. A resolução com fundamento nas situações previstas no art 333º do CCP, não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente, pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

#### **Cláusula 19ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

- 1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
  - a) Incumprimento de obrigações pecuniárias por período superior a 60 dias;
  - b) Quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo os juros.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

#### **Cláusula 20ª**

##### **Fusão ou extinção da entidade adjudicante**

1. Verificando-se, nos termos da lei, a extinção ou fusão da entidade adjudicante, durante a vigência contratual, da prestação dos serviços e do fornecimento de bens objeto do contrato para as instalações por si utilizadas, poderá, sem conferir o direito a qualquer indemnização ao adjudicatário:
  - a) Ser denunciado, a todo o tempo, mediante comunicação efetuada por escrito ao adjudicatário;
  - b) Ser transmitido à entidade que venha a utilizar as mesmas instalações, mediante comunicação escrita das entidades adjudicantes ao adjudicatário, com a antecedência mínima de dez dias, em relação à data prevista para a cessão.
2. Quando da extinção ou fusão da entidade adjudicante, nos termos da lei, resulte o encerramento parcial de instalações objeto do contrato, o mesmo cessa relativamente às instalações encerradas, sem conferir o direito a qualquer indemnização ao adjudicatário.
3. A cessação do contrato previsto no número anterior é efetuada pela entidade adjudicante, a todo o tempo, mediante comunicação por escrito ao cocontratante.

#### **Capítulo IV – Resolução de litígios**

##### **Cláusula 21ª**

##### **Foro competente**

Para resolução dos eventuais litígios emergentes da interpretação ou incumprimento do presente contrato, as partes estipulam que é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com

expressa renúncia a qualquer outro.

## **Capítulo V– Disposições Finais**

### **Cláusula 22ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual ou de qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato a celebrar dependem da autorização prévia do IAPMEI.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário a mesma documentação que foi exigida ao adjudicatário no âmbito do procedimento;
  - b) Ao IAPMEI compete-lhe apreciar toda a documentação entregue, designadamente, se a situação do cessionário não é passível de enquadramento em nenhuma das situações previstas no art.55º do CCP e ainda se reúne capacidade técnica e financeira para garantir o exato e pontual cumprimento do contrato a celebrar.

### **Cláusula 23ª**

#### **Ajustamentos contratuais**

1. O IAPMEI e o Adjudicatário podem proceder a ajustamentos nas cláusulas contratuais, desde que, estes não contrariem as condições do presente procedimento e não alterem o preço.
2. Os ajustamentos efetuados ao abrigo do número anterior serão redigidos a escrito.

### **Cláusula 24.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, preferencialmente, para os endereços de correio eletrónico dos gestores do contrato designados por cada parte, ou para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato:
  - a) IAPMEI: Estrada do Paço do Lumiar, Edifício A – 1649-038 Lisboa.
  - b) Adjudicatária: Domicílio ou sede contratual identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Toda e qualquer comunicação, notificação e/ou documentação emitida pela entidade Adjudicatária em sede de execução contratual terá de ser obrigatoriamente redigida em português.

#### **Cláusula 25ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

#### **Cláusula 26ª**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

#### **Cláusula 27ª**

##### **Imposto de selo**

O IAPMEI está isento de Imposto de Selo ao abrigo do artigo 6º do Código do Imposto de Selo.